



XXIV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

1º DIA – 27/03/2010

BLOCO I

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

A Presidente da Banca Examinadora da Prova de Conhecimentos Gerais de Direito divulga orientações a serem observadas pelos candidatos:

1. Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura, devem ser conferidos.
Não rubrique, não dobre e não amasse a folha-resposta.
2. Verifique, com muita atenção, se o caderno de prova contém 50 questões.
Verifique, também, se as questões estão legíveis.
Havendo qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página, impressão defeituosa etc) solicite, imediatamente, a substituição.
Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada. A Comissão Examinadora, os Magistrados Presidentes de Sala e os Fiscais não darão quaisquer esclarecimentos de conteúdo, pois a compreensão da prova é encargo do candidato.
4. Não se admitirá rasura na folha-resposta ou uso de corretivos. Não haverá substituição da folha-resposta.
5. A folha-resposta deve ser assinalada com caneta esferográfica preta.
6. É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, como anotações, livros, códigos, legislação etc. A transgressão importará em eliminação do candidato.
7. Será apreendida a prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro.
8. Por motivo de segurança, não se permite, durante a prova, o uso de aparelhos celulares, relógios digitais, “notebook”, calculadora, “palm top” ou similares. A transgressão importará em eliminação do candidato.
9. A prova tem duração de quatro horas e, esgotado o tempo, o Fiscal fica autorizado a retirar a folha-resposta.
10. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.
11. Boa prova.

Campinas, 27 de março de 2010

TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
Desembargadora Presidente da Banca Examinadora

BLOCO I

DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO

1. Empregador despede empregado que havia acumulado dois períodos de férias sem os respectivos gozos, estando, o último, dentro do período concessivo. Considerando o trabalho do empregado no curso do aviso prévio, o empregador quitará corretamente o direito se:

- a) pagar ambos os períodos em dobro, com juros e correção monetária;
- b) pagar o primeiro período em dobro, e o outro, de forma simples, com juros e correção monetária;
- c) pagar o primeiro período em dobro, e o outro, de forma simples, levando em conta a maior remuneração, sem juros e sem correção monetária;
- d) pagar o primeiro período em dobro, e o outro, de forma simples, levando em conta a remuneração do último mês trabalhado, com juros e correção monetária;
- e) nenhuma das anteriores.

2. Empregado recebe comunicação de aviso prévio indenizado no dia 03 de março. A data base de sua categoria é o dia 01 de abril. Esse empregado terá direito:

- a) apenas à indenização adicional de que trata a Lei nº 7.238/84;
- b) apenas ao pagamento de diferenças das verbas rescisórias em função do reajustamento coletivo fixado na data base;
- c) apenas ao reajustamento coletivo fixado na data base no saldo de salário;
- d) à indenização de que trata a Lei nº 7.238/84 e às diferenças de verbas rescisórias em função do reajustamento coletivo fixado na data base;
- e) nenhuma das anteriores.

3. No caso de empregados que trabalham com movimentação de mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa:

- a) depois de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de repouso computado na jornada;
- b) depois de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos de trabalho contínuo, é assegurado repouso de 40 (quarenta) minutos, não computado na jornada;
- c) assim como para os empregados que trabalham no interior de câmaras frigoríficas, depois de 01h40 de trabalho contínuo, será assegurado repouso ao trabalhador, mas tal período não é computado como de trabalho efetivo;
- d) para que o ambiente seja considerado como artificialmente frio, a ensejar a proteção prevista no art. 253 da CLT, é necessário que se verifique, além de sua temperatura, a zona climática onde é desenvolvido;
- e) nenhuma das anteriores.

4. Inúmeras decisões têm determinado, em primeiro grau de jurisdição, a reintegração de trabalhadores portadores do vírus HIV imotivadamente demitidos. Tais decisões:

- a) estão assentadas na literalidade de dispositivo inserido na CLT;
- b) estão assentadas na literalidade de súmula do TST;
- c) decorrem da prerrogativa do julgador de aplicar, na análise do caso, a analogia, a equidade e os princípios gerais de direito, como autoriza o art. 8º, da CLT;
- d) decorrem da prerrogativa do julgador de sempre aplicar, na análise do caso, ainda que existente norma legal, seu senso de justiça;
- e) nenhuma das anteriores.

5. Considere as seguintes assertivas:

- I- a aprendizagem pode ser validamente o objeto de um contrato de trabalho especial, desde que formulado por escrito e por prazo determinado;
- II- o aprendiz deve ter entre 14 e 24 anos;
- III- o contrato de aprendizagem é anotado na CTPS;

IV- estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

V- estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma; por seu turno, estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, sem vinculação à carga horária regular e obrigatória do curso desenvolvido.

Agora responda:

- a) apenas as assertivas I e V estão corretas;
- b) todas as assertivas estão corretas;
- c) nenhuma assertiva está correta;
- d) há apenas uma assertiva incorreta;
- e) apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

6. Aponte a alternativa correta:

- a) quando o contrato de trabalho tiver por objeto o desenvolvimento de pesquisa científica, ainda que implicitamente, a propriedade da invenção será do empregado e do empregador, em partes iguais;
- b) as invenções do empregado, quando decorrentes de sua contribuição pessoal e da instalação de equipamento fornecidos pelo empregador, serão de propriedade comum;
- c) as invenções do empregado são de sua propriedade quando tiver sido contratado para desenvolver pesquisa científica;
- d) ao empregador caberá a exploração do invento, a não ser que não a promova no prazo de treze meses da data da concessão da patente;
- e) nenhuma das anteriores.

7. Tendo por parâmetro a disciplina legal e a jurisprudência consolidada sobre a equiparação salarial, assinale a alternativa correta:

a) trabalho de igual valor pressupõe igual produtividade e mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de trabalho na empresa não seja superior a dois anos;

b) a prescrição, no curso do contrato, é parcial e bienal; sua contagem se inicia na data em que reclamante e paradigma começaram a desempenhar a mesma função;

c) a cessão de empregado para trabalhar em outro órgão não exclui a equiparação salarial. Assim, reclamante e paradigma, mesmo que pertençam a empregadores diversos, deverão receber idêntica remuneração se realizarem trabalho de igual valor;

d) a expressão "mesma localidade", mencionada no art. 461 da CLT, corresponde apenas ao trabalho realizado no âmbito do mesmo município;

e) presentes os pressupostos legais, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal ou de tese jurídica superada pela jurisprudência da Corte Superior.

8. Em caso de rescisão do contrato de trabalho:

a) as comissões pendentes de acerto são todas exigíveis nos prazos de pagamento das verbas rescisórias, estabelecidos no art. 477 da CLT, ainda que não tenha sido pago o valor pela venda da qual a comissão decorre;

b) as comissões devidas ao trabalhador em face de negócios por ele entabulados no curso do contrato de trabalho devem ser quitadas, no mais tardar, no biênio prescricional de que trata o art. 7º, XXIX, da CF, mesmo que não tenham sido pagas todas as parcelas da transação comercial;

c) as comissões devem ser quitadas conforme vão sendo ultimadas as transações às quais se referem e são exigíveis ainda que o contrato de trabalho tenha sido extinto há mais de dois anos;

- d) as comissões devem ser quitadas quando do pagamento da primeira parcela da transação à qual se refere, ainda que o negócio que a gerou tenha sido entabulado em parcelas, porque o risco do empreendimento é exclusivamente do empregador;
- e) nenhuma das anteriores.

9. O empregado tem direito ao salário integral quando se ausentar do trabalho:

- a) por dois dias consecutivos, para se alistar eleitor;
- b) por estar comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino médio público profissionalizante;
- c) por até dois dias a cada 12 meses de trabalho, para doar sangue;
- d) por um dia, exclusivamente, na primeira semana após o nascimento da criança, para registrar filho no competente cartório;
- e) pelo período de licença remunerada previsto na norma coletiva, desde que tenham sido implementadas as condições de gozo do direito nela previstas, prescrições estas que não comportam interpretação ampliativa.

10. Considera-se alteração ilícita do contrato de trabalho a determinação do empregador:

- a) que impede o empregado de continuar prestando horas extras já realizadas habitualmente por seis meses;
- b) que transfere o exercente de cargo de confiança em sentido restrito para ocupar a gerência em outra cidade, distinta daquela para a qual foi inicialmente contratado;
- c) para que o empregado trabalhe em outra localidade, tendo em vista a extinção de atividades no estabelecimento para o qual foi originariamente contratado;
- d) que alterar o ambiente de trabalho, tornando-o salubre, com supressão do adicional de insalubridade antes percebido pelo empregado, resultando em diminuição salarial;
- e) nenhuma das anteriores.

11. Com relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, aponte a alternativa correta:

- a) o Ministério da Ação Social, como gestor da aplicação do FGTS, tem competência para fixar os critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;
- b) as aplicações dos recursos do FGTS só podem ser realizadas pelo Ministério da Ação Social;
- c) o saldo das contas vinculadas, para as contas abertas após 22.09.1971, rende juros de 3% ao ano e correção monetária. Para aquelas anteriormente existentes, cujos empregados não mudaram de empregador, os juros são progressivos, chegando ao patamar de 6% ao ano;
- d) diretor não empregado não pode ter depósitos em conta vinculada de FGTS;
- e) na dispensa decorrente de força maior, validada pela Justiça do Trabalho, não há direito à indenização do FGTS.

12. Determinado empregado exerce função comissionada há dez anos e onze meses. Na conformidade da jurisprudência do C. TST, responda:

- a) o empregador não pode reverter esse empregado ao cargo efetivo;
- b) o empregador não pode exigir desse empregado a realização de horas extras;
- c) ainda que o empregador reverta o empregado ao cargo anterior, não poderá suprimir o pagamento da gratificação de função sem justo motivo;
- d) o empregador não pode dispensar, sem motivo, esse empregado;
- e) o empregador pode reverter esse empregado ao cargo efetivo, pagando-lhe metade da gratificação de função.

13. Pedro Gustavo foi eleito dirigente sindical no Sindicato dos Engenheiros Civis. Ele trabalha na empresa comercial "Calçados para Todas as Idades", na função de Gerente de Vendas. De acordo com a jurisprudência do C. TST, responda:

- a) o empregado deverá ser dispensado uma vez por mês para exercer sua atividade sindical, quando não afastado de sua função;
- b) é indispensável, para os fins do art. 543 da CLT, que o Sindicato dos Engenheiros comunique à empresa onde trabalha Pedro Gustavo, em 48 horas, sua eleição e posse;

- c) o empregado perderá estabilidade se solicitar sua transferência para mister que lhe dificulte o desempenho de suas atribuições sindicais;
- d) o empregado não goza de garantia provisória de emprego;
- e) o empregado tem direito aos benefícios previstos na convenção coletiva celebrada entre o Sindicato dos Engenheiros Civis e o das Indústrias Químicas.

14. Assinale a alternativa em que ambas as assertivas estejam corretas, em relação aos bancários, à luz das súmulas do C. TST:

- a) 1. Ao gerente-geral de agência bancária aplica-se o art. 62, II, da CLT. 2. O empregado sujeito à jornada de oito horas tem salário-hora calculado com base no divisor 240;
- b) 1. É nula a pré-contratação de serviço suplementar quando da admissão do trabalhador. 2. Em se tratando de horas extras pré-contratadas, opera-se a prescrição total se a ação, no curso do contrato, não for ajuizada no prazo de cinco anos, a partir da data em que foram suprimidas;
- c) 1. Ao exercente de cargo de confiança previsto no artigo 224, § 2º, da CLT são devidas as 7ª e 8ª horas, como extras, no período em que se verificar o pagamento a menor da gratificação de 1/3. 2. O caixa executivo exerce cargo de confiança;
- d) 1. O empregado não enquadrado no § 2º do art. 224 da CLT, que recebe gratificação de função, não pode ter o salário relativo a horas extraordinárias compensado com o valor daquela vantagem. 2. O sábado é dia de repouso semanal remunerado;
- e) i. A parcela paga aos bancários sob a denominação "quebra de caixa" possui natureza indenizatória. 2. A gratificação por tempo de serviço integra o cálculo das horas extras.

15. É correto afirmar que:

- a) o trabalho eventual pode ser prestado, na prática, com subordinação ou com autonomia;
- b) trabalho eventual é o mesmo que trabalho avulso;

- c) o trabalho voluntário não está excluído da proteção do Direito do Trabalho;
- d) os artistas sempre são considerados trabalhadores autônomos;
- e) o representante comercial típico jamais está obrigado a fornecer, à empresa representada, informações sobre o andamento dos negócios a seu cargo.

16. A massa falida não se sujeita ao pagamento de:

- a) aviso prévio ao empregado dispensado após a falência;
- b) horas extras ao empregado que continua trabalhando após a falência;
- c) indenização prevista em favor do empregado no § 8º do art. 477 da CLT, ao trabalhador dispensado após a falência;
- d) indenização de 40% sobre o montante depositado no FGTS ao empregado dispensado antes da falência;
- e) de auxílio-alimentação previsto em convenção coletiva ao empregado que continua trabalhando após a falência.

17. O cálculo da remuneração do repouso semanal para o empregado em domicílio é assim efetuado:

- a) pelo quociente da divisão por seis da totalidade das horas trabalhadas na semana;
- b) pelo equivalente à produção de um dia da semana;
- c) pelo equivalente ao quociente da divisão por seis da importância total da sua produção na semana;
- d) pela importância livremente pactuada pelas partes para tal finalidade;
- e) pelo equivalente ao quociente da divisão por sete da importância total da sua produção na semana.

18. Marco Antonio, no exercício da função de garçom do restaurante Estrela Dalva, deixou cair a bandeja que equilibrava e dez taças de cristal foram quebradas. À luz da legislação, é correto afirmar que:

- a) o empregador não poderá, em hipótese alguma, descontar do salário o valor das taças quebradas;

- b) o empregador poderá descontar do salário o valor equivalente ao prejuízo desde que observados dois requisitos cumulativos: ocorrência de dolo do empregado e prévio ajuste, entre as partes, da possibilidade de desconto salarial em caso de dano causado pelo trabalhador;
- c) se restar evidenciada a ausência de dolo e se a possibilidade de desconto salarial, em caso de dano causado pelo empregado, não foi previamente acordada, o empregador não poderá descontar do salário o valor equivalente ao prejuízo;
- d) o empregador descontará do salário o valor equivalente ao prejuízo, sem necessidade de averiguar se o trabalhador agiu com culpa ou dolo;
- e) nenhuma das anteriores.

19. Em relação ao trabalho temporário disciplinado na Lei 6.019/74, assinale a alternativa incorreta:

- a) a empresa de trabalho temporário, pessoa física ou jurídica, será necessariamente urbana;
- b) no caso de falência da empresa de trabalho temporário, a tomadora dos serviços será subsidiariamente responsável pela remuneração e pela indenização prevista em lei, relativamente ao tempo em que o trabalhador temporário lhe prestou serviços;
- c) está assegurado ao trabalhador temporário o direito a uma indenização por dispensa sem justa causa ou término normal do contrato correspondente a 1/12 (um doze avos) do pagamento recebido;
- d) o trabalhador temporário terá direito ao recebimento de remuneração equivalente à percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora, calculada à base horária;
- e) é defeso às empresas de trabalho temporário a contratação de estrangeiros com visto provisório de permanência no país.

20. À luz da jurisprudência do C. TST em relação ao intervalo intrajornada, assinale a alternativa incorreta:

- a) a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo implica o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da hora normal;
- b) o intervalo concedido pelo empregador, na jornada de trabalho, não previsto em lei, representa tempo à disposição da empresa e poderá ensejar pagamento de horas extras, se acrescido ao final da jornada;
- c) os digitadores, por aplicação analógica do art. 72 da CLT, têm direito ao intervalo de 15 (quinze) minutos a cada 90 (noventa) de trabalho consecutivo;
- d) é inválida a cláusula de acordo coletivo contemplando a redução do intervalo intrajornada, exceto em relação aos condutores e cobradores de veículos rodoviários, empregados de empresas de transporte público coletivo urbano, observadas determinadas limitações;
- e) o pagamento do intervalo intrajornada não concedido possui natureza jurídica salarial e repercutirá no cálculo de outras parcelas salariais.

21. Em relação à prescrição, assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência:

- a) tratando-se de demanda que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição será parcial, pois a lesão ao direito do trabalhador se protraí no tempo;
- b) em se tratando de complementação de aposentadoria calculada erroneamente, a prescrição aplicável é a total, computada a partir da data do primeiro pagamento incorreto;
- c) a demanda trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição para todos os títulos decorrentes do contrato de trabalho;
- d) o prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui a partir da publicação da certidão de julgamento, uma vez que a exequibilidade é imediata (*actio nata*);
- e) o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral, conforme sedimentado no C. STJ.

22. Em relação à possibilidade de alteração contratual objetiva, observada a jurisprudência, assinale a alternativa incorreta:

- a) os princípios da inalterabilidade contratual lesiva, do *jus variandi* e do *jus resistitiae* são aplicáveis à dinâmica da alteração do contrato de trabalho;
- b) havendo a coexistência de dois regulamentos de empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro;
- c) as horas extras prestadas com habitualidade, por dois anos, poderão ser suprimidas, sem qualquer ônus para o empregador, uma vez que a sobrejornada afeta a higidez física do trabalhador;
- d) o empregado contratado por tempo integral poderá ter o seu contrato validamente alterado para tempo parcial, com redução de jornada e salário, mediante opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento de negociação coletiva;
- e) o empregador não poderá alterar a forma de remuneração do empregado, fixando determinada importância para atender englobadamente vários direitos legais, mesmo que não haja redução salarial.

23. Não é instituto compatível com o contrato de trabalho e com o contrato de representação comercial:

- a) remuneração à base de comissão;
- b) hipóteses de justa causa tanto para o trabalhador/representante quanto para o empregador/representado;
- c) a dação de aviso prévio para a hipótese de ruptura imotivada do contrato por prazo indeterminado;
- d) a vedação à inclusão da cláusula *del credere*;
- e) a possibilidade de prorrogação do contrato por prazo determinado.

24. Em relação à lei do trabalho rural e respectivo regulamento, assinale a alternativa incorreta:

- a) será obrigatória, em qualquer trabalho contínuo superior a seis horas, a concessão de um intervalo intrajornada mínimo de uma hora, observados os usos e costumes da região;

b) a usina de açúcar, situada na zona rural, não é empregadora rural para os trabalhadores que atuam no seu estabelecimento industrial;

c) apenas o produtor rural pessoa física poderá realizar a contratação de trabalhador rural por pequeno prazo para o exercício de atividade de natureza temporária;

d) durante o aviso prévio, caso a rescisão tenha sido promovida pelo empregador, o empregado rural terá direito a um dia por semana, sem prejuízo do salário integral, para procurar outro trabalho;

e) as normas referentes à jornada de trabalho, trabalho noturno e trabalho do menor não são aplicáveis aos avulsos e outros trabalhadores rurais que, sem vínculo de emprego, prestam serviços a empregadores rurais.

25. As assertivas a seguir deverão ser analisadas de acordo com a legislação e a jurisprudência do C. TST.

I – É cabível a cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada no contrato de experiência.

II – A dação do aviso prévio é ato unilateral, mas a sua reconsideração, antes de exaurido o prazo, deve ser bilateral.

III – As horas extras habituais integram o aviso prévio indenizado, mas as gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço, estão excluídas de sua base de cálculo.

IV – O aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa do seu cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, mesmo que o trabalhador tenha obtido novo emprego no primeiro dia do aviso.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas as assertivas I e II estão corretas;
- b) apenas as assertivas II e III estão corretas;
- c) todas as assertivas estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- e) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

26. O empregado aposentado por invalidez terá o seu contrato de trabalho:

- a) interrompido durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício;
- b) suspenso;
- c) rescindido condicionalmente;
- d) interrompido durante dois anos;
- e) alterado quanto ao salário.

27. Sindicato que representa determinada categoria profissional congrega também os trabalhadores em atividades similares e conexas e assim foi registrado, abrangendo os municípios A, B, C e D. Entretanto, os trabalhadores que atuam em atividades similares e conexas conseguem fundar e registrar novo sindicato, cuja abrangência está restrita aos municípios A e B. Assinale a alternativa correta:

- a) a partir da regular constituição de um sindicato específico, a categoria profissional deixa de ter a condição de similar ou conexas, e os trabalhadores de todos os municípios passam a ser automaticamente representados pelo novo sindicato;
- b) a abrangência territorial do novo sindicato depende da concordância do sindicato anterior;
- c) só os trabalhadores das atividades similares e conexas dos municípios A e B passam a ser representados pelo novo sindicato;
- d) a abrangência da representação do novo sindicato depende unicamente do que foi deliberado em assembleia por todos os trabalhadores;
- e) nenhuma das anteriores.

28. Para estimular a sindicalização, em declínio, o sindicato representante da categoria profissional pactua, em acordo coletivo, que os trabalhadores sindicalizados têm preferência para admissão naquela empresa. Assinale a alternativa correta:

- a) a cláusula é válida porque a sindicalização é direito garantido por lei;
- b) a cláusula é válida porque é preciso estimular a filiação sindical;
- c) a cláusula é válida porque quanto mais trabalhadores tiverem se sindicalizado mais legítima será a representação no local de trabalho;

d) a cláusula é nula porque ninguém pode ser obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato;

e) a cláusula só será válida se contar com a concordância de 2/3 dos trabalhadores presentes à assembleia.

29. O sindicato profissional obtém reajuste salarial expressivo em convenção coletiva de abrangência nacional, que beneficiará a todos os integrantes da categoria. Visando ressarcir as despesas que teve com a negociação pactua, com o sindicato patronal, o desconto de contribuição assistencial a ser suportada por todos os trabalhadores no primeiro mês em que for efetuado o pagamento do salário majorado. Assinale a alternativa correta:

- a) a contribuição só pode ser exigida dos associados do sindicato;
- b) como o reajuste beneficiou aos integrantes da categoria, o pagamento da contribuição assistencial é devido por todos;
- c) o pagamento da contribuição assistencial só é devido por aqueles que compareceram à assembleia e concordaram com o desconto;
- d) o pagamento só será devido se for estipulado como contribuição confederativa, pois também deve ter abrangência nacional;
- e) o pagamento só será devido por todos os trabalhadores se esta estipulação assim constar expressamente do documento que for registrado no Ministério do Trabalho e Emprego.

30. Sindicato que representa a categoria dos motoristas ajuíza ação de cumprimento pretendendo que a empresa fabricante de produtos alimentícios conceda aos seus motoristas reajuste salarial idêntico ao estipulado em convenção coletiva que celebrou com o sindicato patronal das transportadoras. Assinale a alternativa correta:

- a) empregado integrante de categoria diferenciada não tem o direito de haver vantagens previstas em instrumento coletivo no qual o empregador não foi representado por entidade de sua categoria econômica;

b) por se tratar de categoria diferenciada, o reajuste obtido junto a uma entidade patronal vale também para as demais, face à similitude de condições em que o trabalho é prestado;

c) a empresa só estará obrigada a conceder o mesmo reajuste salarial se assim for deliberado em assembleia;

d) a empresa só estará obrigada a conceder o mesmo reajuste salarial se constar expressamente da convenção coletiva dos motoristas que seus efeitos vinculam toda a categoria;

e) nenhuma das anteriores.

31. Em determinada convenção coletiva, com duração de um ano, foi estabelecido adicional de 100% para todas as horas extras. Esta vantagem se incorporou definitivamente ao contrato de trabalho?

a) não, porque a cláusula convencional só vale para o prazo estabelecido;

b) a vantagem deve ser mantida para os trabalhadores que já foram beneficiados, mas pode ser suprimida em relação aos que forem admitidos após a vigência da norma;

c) sim, por se tratar de cláusula preexistente;

d) sim, a vantagem adere ao contrato e só pode ser retirada se os trabalhadores concordarem expressamente;

e) sim, por se tratar de norma mais benéfica, incorpora-se ao patrimônio de toda a categoria.

32. Assinale a alternativa correta. O sindicato:

a) é pessoa jurídica de direito público, pois recebe contribuição compulsória e sua personalidade depende de chancela ministerial;

b) é pessoa jurídica de direito administrativo;

c) dos trabalhadores goza de imunidade tributária;

d) não tem personalidade jurídica, caracterizando-se como uma *universitas juris*;

e) nenhuma das anteriores.

33. A Lei nº 7.783/89 regula o direito de greve, garantido pelo art. 9º da Constituição Federal. Porém, tal direito não é ilimitado, sofrendo restrições. Uma delas está relacionada às atividades essenciais. Nesses casos, a deflagração da greve:

a) constitui crime;

b) é sempre abusiva;

c) depende de prévia autorização da autoridade competente;

d) depende de prévio aviso à autoridade competente, no prazo mínimo de 48 horas;

e) depende da manutenção dos serviços indispensáveis para o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

34. Um grupo de empregados de empresa de médio porte procura a diretoria e manifesta interesse na pactuação de acordo coletivo. O empregador convoca imediatamente assembleia interna e a proposta é aprovada, sendo formalizada por escrito com a assinatura de todos os que compareceram ao ato.

Sabendo do ocorrido, o sindicato dos empregados ajuíza ação com o objetivo de anular esta pactuação. Assinale a alternativa correta:

a) não há amparo legal para a anulação, pois houve uma assembleia e ela aprovou o acordo;

b) o acordo celebrado diretamente entre empregados e empresa só vale se houver prévia autorização do Ministério do Trabalho e Emprego;

c) o acordo só vale se ficar provado que, para a realização da assembleia, foi observado o quorum de presença de metade dos empregados;

d) o acordo não vale, pois não houve a participação do sindicato dos empregados;

e) nenhuma das anteriores.

35. Sindicato que tem extensa base territorial e representa trabalhadores de empresa de grande porte elege diretoria composta por 20 (vinte) integrantes, em relação aos quais pretende ver reconhecida a estabilidade sindical. Assinale a alternativa correta:

- a) a empresa tem que acatar o pedido e reconhecer a estabilidade de todos os integrantes da diretoria porque a Constituição garante a liberdade de associação sindical;
- b) a empresa é obrigada a reconhecer o benefício da estabilidade a 7 (sete) empregados eleitos integrantes da diretoria;
- c) a empresa só é obrigada a reconhecer a estabilidade de todos os integrantes da diretoria se a abrangência territorial do sindicato se estender a mais de um município;
- d) quando a entidade sindical tiver mais de uma empresa de grande porte em sua base territorial, é obrigatória a concessão da estabilidade aos 20 (vinte) empregados eleitos, pois a lei garante a efetividade da representação;
- e) a empresa só estará obrigada a reconhecer a estabilidade dos 20 (vinte) integrantes da diretoria se assim for votado em assembléja geral.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. Não é princípio ou requisito que se amolde ao regime jurídico do serviço público:

- a) a continuidade;
- b) a cortesia na sua prestação;
- c) a imutabilidade do regime jurídico;
- d) a generalidade;
- e) a modicidade das tarifas.

37. Observado o regime jurídico da administração pública federal indireta, é incorreto afirmar que:

- a) a empresa pública pode ser estruturada sob qualquer das formas admitidas em direito, o que autoriza a sua constituição como sociedade civil ou comercial, unipessoal ou pluripessoal;
- b) o Decreto-lei 200/67 determina que a sociedade de economia mista seja constituída unicamente sob a forma de sociedade anônima;
- c) uma empresa pública, mesmo sendo uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, pode desempenhar serviço essencialmente público e ter os respectivos bens protegidos pela impenhorabilidade;

d) a exigência constitucional de haver prévia dotação orçamentária para atender às projeções de despesa de pessoal, em caso de aumento de remuneração, não se aplica à sociedade de economia mista;

e) a administração pública indireta está sujeita a duplo controle estatal: interno, pelo Poder Executivo, e externo, pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.

38. Em relação à administração pública federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) a exploração de atividade econômica pelo Estado é marcada pela subsidiariedade, somente sendo permitida quando necessária à segurança nacional e a relevante interesse coletivo;
- b) o capital da empresa pública é inteiramente público, em cuja composição podem atuar outras pessoas de direito público interno, inclusive da administração indireta da União, Estados e Municípios;
- c) as empresas públicas que desempenham atividade econômica poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às demais empresas do setor privado;
- d) a agência executiva é a qualificação dada a uma autarquia ou fundação preexistente que, implementados os requisitos legais, recebe essa qualificação;
- e) o objeto da sociedade de economia mista tanto pode ser um serviço público como uma atividade econômica empresarial.

39. Assinale a alternativa correta:

- a) a administração pública federal deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos;
- b) em caso de exoneração *ad nutum*, a administração alega que a cessação da relação jurídica ocorreu por falta de verba. Em seguida, é nomeada outra pessoa para o mesmo cargo. A exoneração é válida, uma vez que o ato é discricionário;
- c) a desconformidade entre o motivo do ato administrativo e a realidade gera vício sanável, sendo conveniente a revogação do ato;

- d) mesmo não acarretando lesão ao interesse público, nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis não poderão ser convalidados pela administração pública federal;
- e) os atos administrativos discricionários não estão sujeitos ao controle do judiciário.

40. Relativamente ao poder de polícia, é incorreto afirmar que:

- a) pode ser compreendido como a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em benefício do interesse público;
- b) possui como atributos a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade, sendo que a discricionariedade comporta exceções;
- c) a polícia administrativa incide sobre bens, direitos e atividades e se difunde por toda a administração pública direta;
- d) o alvará de licença e o alvará de autorização são meios de atuação do poder de polícia, sendo a licença um ato discricionário e a autorização um ato vinculado;
- e) prescreve em cinco anos a ação punitiva da administração pública federal no exercício do seu poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor.

41. A respeito dos servidores e empregados públicos federais, assinale a alternativa correta:

- a) de acordo com a jurisprudência sumulada do TST, todo servidor da administração direta, com mais de três anos de exercício, é beneficiário de estabilidade;
- b) o empregado de uma sociedade de economia mista, contratado mediante concurso público, não pode ser detentor de modalidade alguma de estabilidade;
- c) o empregado de empresa pública federal, que não recebe recursos da União para despesas de pessoal ou custeio, poderá auferir remuneração superior ao teto constitucional representado pelo subsídio mensal do ministro do Supremo Tribunal Federal;

d) a proibição de acumulação remunerada de empregos públicos não abrange as subsidiárias das sociedades de economia mista;

e) para preservar a eficiência do serviço público, o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado, não podendo ser reconduzido ao cargo anterior em que detinha estabilidade.

42. Em relação aos servidores públicos federais (Lei 8.112/90), é incorreto afirmar que:

- a) a reintegração, a promoção e a reversão são formas de provimento derivado de cargo público;
- b) em razão de sua repercussão na esfera jurídica do servidor e da administração pública, a posse em cargo público não poderá ser efetuada mediante procuração;
- c) é proibido ao servidor público atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, de cônjuge ou companheiro;
- d) em relação ao processo disciplinar, quando o relatório da Comissão contrariar a prova dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade;
- e) o servidor estável poderá usufruir de licença para tratar de interesses particulares.

43. Em relação à improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) não poderá figurar como sujeito ativo de ato de improbidade o terceiro que apenas concorreu para a prática do ato lesivo ao patrimônio público;
- b) a improbidade administrativa pautada em ato que causa lesão ao erário ocorrerá apenas por conduta dolosa;
- c) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade, uma vez que a conduta ilegal não se comunica a quem não concorreu para a prática do ato ilícito;

d) não constitui improbidade administrativa o mero fato de o agente público revelar a terceiros, antes da divulgação oficial, medida econômica que repercutirá no valor das ações de uma sociedade de economia mista;

e) será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo fixado.

44. Em relação aos bens públicos, assinale a alternativa correta:

a) os bens públicos de uso comum do povo, como ruas e praças, não podem se tornar bens públicos de uso especial;

b) os bens públicos de uso especial não podem ser desafetados para ingressarem no direito privado, mesmo que estejam desocupados;

c) os bens públicos dominicais podem perder o caráter de inalienabilidade, quando alterada a sua destinação;

d) a lei pode alterar a destinação do bem público de uso comum passível de valoração patrimonial, pela desafetação, modificando a sua qualificação, para que ele ingresse no universo dos bens dominicais;

e) os rios e mares são bens públicos dominicais.

45. Não é requisito do ato administrativo:

a) a legitimidade;

b) o motivo;

c) a finalidade;

d) a forma;

e) o objeto.

DIREITO PENAL

46. A empresa que suprime a pertinente contribuição social de trabalhador avulso que lhe presta serviços, omitindo o nome dele de sua folha de pagamento:

a) comete o crime de falsidade ideológica;

b) comete o crime de uso de documento falso;

c) pratica conduta tipificada como crime, cuja pena é de reclusão, de 2 a 4 anos;

d) comete crime de sonegação de contribuição previdenciária;

e) não comete crime algum.

47. Cada alternativa possui duas afirmações ("1" e "2") relacionadas ou não entre si. Marque a alternativa em que as duas afirmações sejam corretas:

a) 1. Considera-se tentado o crime quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

2. Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída pela metade.

b) 1. A legislação não faz diferença entre tentativa perfeita e imperfeita no que se refere à aplicação da pena em abstrato. 2. Todavia, quando da imposição da sanção em concreto, o magistrado deve considerar a ocorrência de uma ou de outra espécie de tentativa.

c) 1. No regime aberto o condenado deverá, fora do estabelecimento e com vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga. 2. O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.

d) 1. A *abolitio criminis* constitui fato jurídico extintivo da punibilidade. 2. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto ao outro, a agravação da pena resultante da conexão teleológica.

e) 1. A redução a condição análoga à de escravo é crime contra a liberdade pessoal.

2. A extorsão é considerada crime contra a liberdade individual.

48. Não é considerado crime:

a) recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro;

b) obrigar alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida;

c) participar de abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de serviço de interesse coletivo;

d) fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como perito, em juízo arbitral;

e) nenhuma das anteriores.

49. Aponte a alternativa correta:

- a) o atentado contra a liberdade de trabalho se dá pelo ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho;
- b) a boicotagem violenta se dá pelo ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não fornecer a outrem determinado produto industrial;
- c) o atentado contra a liberdade de trabalho se dá pelo ato de constranger alguém, mediante violência, a deixar de participar de determinado sindicato;
- d) não é crime participar de suspensão coletiva de trabalho provocando a interrupção de obra pública;
- e) nenhuma das anteriores.

50. Aponte a alternativa incorreta:

- a) a omissão só é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado;
- b) entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem;
- c) o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução de um crime, só responde pelos atos que já praticou;
- d) crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa terão pena reduzida se o agente, por ato voluntário, reparar o dano ou restituir a coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa;
- e) é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, ainda que o erro derive de culpa e o fato seja punível como crime culposos.



XXIV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

2º DIA – 28/03/2010

BLOCO II e BLOCO III

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

A Presidente da Banca Examinadora da Prova de Conhecimentos Gerais de Direito divulga orientações a serem observadas pelos candidatos:

1. Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura, devem ser conferidos. Não rubrique, não dobre e não amasse a folha-resposta.
2. Verifique, com muita atenção, se o caderno de prova contém 50 questões. Verifique, também, se as questões estão legíveis. Havendo qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página, impressão defeituosa etc) solicite, imediatamente, a substituição. Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada. A Comissão Examinadora, os Magistrados Presidentes de Sala e os Fiscais não darão quaisquer esclarecimentos de conteúdo, pois a compreensão da Prova é encargo do candidato.
4. Não se admitirá rasura na folha-resposta ou uso de corretivos. Não haverá substituição da folha-resposta.
5. A folha-resposta deve ser assinalada com caneta esferográfica preta.
6. É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, como anotações, livros, códigos, legislação etc. A transgressão importará em eliminação do candidato.
7. Será apreendida a prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro.
8. Por motivo de segurança, não se permite, durante a prova, o uso de aparelhos celulares, relógios digitais, “notebook”, calculadora, “palm top” ou similares. A transgressão importará em eliminação do candidato.
9. A prova tem duração de quatro horas e, esgotado o tempo, o Fiscal fica autorizado a retirar a folha-resposta.
10. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.
11. Boa prova.

Campinas, 28 de março de 2010.

TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI
Desembargadora Presidente da Banca Examinadora

BLOCO II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

51. Em relação aos recursos endereçados ao TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) por se tratar de recurso com fundamentação vinculada, o recurso de revista não admite a interposição de apelo adesivo;
- b) excepcionando a regra da mera devolutividade, o recurso interposto de decisão normativa terá efeito suspensivo, na medida e extensão conferidas em despacho do Presidente do TST;
- c) o relator poderá negar seguimento, ao recurso de revista se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula da Corte;
- d) julgado o agravo de petição envolvendo embargos de terceiro, o recurso de revista somente será cabível na hipótese de ofensa direta e literal à Constituição Federal;
- e) se o acórdão manteve a condenação de origem, o ente público que não apresentou recurso ordinário voluntário não poderá interpor recurso de revista.

52. Assinale o que é incorreto afirmar a respeito da antecipação de tutela:

- a) quando concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança;
- b) é pacífica, na jurisprudência, a possibilidade de o juiz concedê-la de ofício;
- c) a parte que se sentir prejudicada pela sentença que concedeu a antecipação de tutela pode pleitear efeito suspensivo a recurso por meio de ação cautelar;
- d) cabe a impetração de mandado de segurança quando concedida liminarmente;
- e) pode ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

53. Aponte a alternativa incorreta:

- a) o art. 462 do CPC, que admite a invocação de fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito superveniente à propositura da ação, é aplicável de ofício;

b) o efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, que se extrai do § 1º do art. 515 do CPC, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contrarrazões. Não se aplica, todavia, ao caso de pedido não apreciado;

c) a contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de fac-símile começa a fluir do dia subsequente à interposição do recurso apresentado antes do termo final do prazo;

d) independe de notificação da parte a obrigação de que apresente os originais de recurso interposto por fac-símile;

e) nenhuma das anteriores.

54. Analise as assertivas abaixo à luz da jurisprudência do C. TST e da legislação:

I- O ato processual praticado via peticionamento eletrônico será considerado tempestivo se efetivado até às 20 (vinte) horas do último dia.

II- É incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação.

III- Não se conhece de recurso para o TST quando as razões do recorrente não impugnem os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta.

IV- Intimada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente.

Então responda:

a) somente as assertivas II, III e IV estão corretas;

b) somente as assertivas I, III e IV estão corretas;

c) somente as assertivas I e III estão corretas;

d) somente as assertivas II e IV estão corretas;

e) todas as assertivas estão corretas.

55. Aponte a alternativa correta com relação à ação rescisória:

a) procede, quando calcada em ofensa à coisa julgada perpetrada por decisão proferida em ação de cumprimento, em face de a sentença normativa, na qual se louvava, ter sido modificada em grau de recurso;

b) a decisão homologatória de cálculos sempre comporta rescisão, a não ser quando enfrentar as questões envolvidas na elaboração da conta de liquidação;

c) na rescisória de rescisória, o vício apontado deve nascer na própria decisão rescindenda, não se admitindo a rediscussão do acerto do julgamento da rescisória anterior;

d) é documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado a sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda;

e) é possível a desconstituição da decisão homologatória de acordo calcada na alegação de dolo da parte vencedora em detrimento da vencida.

56. Com relação à liquidação por arbitramento dos valores devidos em decorrência de decisão judicial, é correto afirmar que:

a) só na própria sentença pode ser determinada a adoção do procedimento;

b) as partes podem convencionar que o valor devido seja apurado por arbitramento;

c) é processada da mesma forma que a liquidação por artigos;

d) não é possível seu processamento quando a execução for provisória;

e) nenhuma das anteriores.

57. Cinco empregados, que tem a mesma profissão, ajuizaram reclamatória plúrima pleiteando o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da dispensa sem justa causa. Dois deles não compareceram à audiência. Assinale a alternativa correta:

a) a ausência dos empregados, ainda que por motivo justificado, gera o arquivamento da reclamação;

b) em caso de doença, os ausentes só poderão ser representados pelo sindicato;

c) justificada a ausência nos termos da lei, não haverá arquivamento da reclamação, pois os empregados ausentes serão representados pelos presentes;

d) aos empregados faltantes, ainda que de forma justificada, será aplicada a pena de perda, pelo prazo de seis meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho;

e) o não comparecimento dos reclamantes enseja a aplicação da pena de confissão.

58. Apresentada a contestação e a reconvenção, o reclamante desiste da reclamatória com o consentimento da reclamada. Assinale a alternativa correta:

a) a reconvenção liga-se à contestação como acessório e, não havendo principal, não há acessório;

b) a desistência da reclamação não obsta ao prosseguimento da reconvenção;

c) ao concordar com a desistência da ação, a reclamada tacitamente desiste da reconvenção;

d) a reconvenção se transforma em ação principal e comporta nova distribuição;

e) a reconvenção será extinta sem resolução de mérito.

59. Ao julgar dissídio coletivo o tribunal defere benefícios aos empregados. A empresa interpõe recurso e se recusa ao cumprimento da sentença normativa. Assinale a alternativa correta:

a) o sindicato dos trabalhadores deve aguardar o julgamento do recurso. Só depois do trânsito em julgado, caso persista a recusa, poderá intentar a ação de cumprimento;

b) é dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento;

c) para ajuizar ação de cumprimento antes do trânsito em julgado o sindicato dos trabalhadores deve obter liminar em ação cautelar;

d) para ajuizar ação de cumprimento antes do trânsito em julgado o sindicato dos trabalhadores deve obter liminar em mandado de segurança coletivo;

e) a ação de cumprimento só pode ser ajuizada em relação às matérias que não foram objeto de recurso.

60. Sindicato patronal ajuíza ação pleiteando o recolhimento da contribuição sindical. A empresa alega que pertence a outra categoria econômica, para a qual recolheu a respectiva contribuição. A ação é julgada procedente, com o deferimento, em sentença, de tutela antecipada para o recolhimento da contribuição em favor do autor no prazo de 48 horas. Assinale a alternativa correta:

- a) a fim de impedir o prejuízo imediato, a empresa deve ajuizar mandado de segurança para suspender a tutela antecipada;
- b) a empresa deve efetuar o depósito recursal daquele valor em 48 horas, sob pena de deserção;
- c) cabe à empresa ajuizar cautelar com pedido de liminar para que seja atribuído efeito suspensivo ao recurso ordinário;
- d) por se tratar de questão referente ao direito coletivo, cabe à empresa ajuizar mandado de segurança coletivo requerendo que seja atribuído efeito suspensivo ao recurso ordinário;
- e) a empresa deve pedir, no prazo de 48 horas, a reconsideração da decisão ao mesmo juiz que prolatou a sentença.

61. Não havendo acordo em dissídio coletivo e não comparecendo ambas as partes à audiência designada, o presidente do Tribunal deverá:

- a) extinguir o processo sem julgamento do mérito por falta de interesse processual;
- b) submeter o processo a julgamento, depois de realizadas as diligências que entender necessárias e ouvida a Procuradoria;
- c) arquivar o feito em razão da ausência do suscitante;
- d) decretar a revelia do suscitado;
- e) nenhuma das anteriores.

DIREITO CONSTITUCIONAL

62. São brasileiros naturalizados:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente;
- d) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

- e) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há pelo menos um ano ininterrupto e sem condenação penal.

63. A respeito do sigilo das comunicações telefônicas é correto afirmar:

- a) constitui direito absoluto no sistema constitucional em vigor;
- b) constitui direito fundamental que pode, entretanto, ser superado pela administração pública, para o atendimento de interesses fiscais relevantes;
- c) a autoridade policial pode, desde que nas hipóteses autorizadas em lei, determinar o estabelecimento de escuta telefônica, para fins de investigação criminal;
- d) constitui direito individual que pode ser superado por ordem judicial, nos termos da lei, para fins de instrução do processo penal;
- e) o sigilo é inviolável, salvo por determinação judicial ou do Ministério Público, nas hipóteses legais, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

64. Observadas as normas constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) compete ao TST julgar o conflito de competência em matéria trabalhista envolvendo um juiz de direito e um TRT;
- b) após a Emenda Constitucional 45, compete à Justiça do Trabalho julgar os crimes contra a organização do trabalho;
- c) compete à Justiça do Trabalho julgar os interditos proibitórios propostos pelos empregadores em decorrência do exercício do direito de greve;
- d) compete à Justiça do Trabalho julgar pedidos de indenização por dano moral apenas nas relações de trabalho regidas pela CLT;
- e) com o advento da Súmula Vinculante 25, vedando a prisão do depositário infiel em qualquer modalidade, foi alterada a competência material para expedir mandado de prisão.

65. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- a) escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

- b) aprovar a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;
- c) autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República;
- d) decretar o estado de defesa e o estado de sítio;
- e) expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.

66. Em relação ao princípio da legalidade e da reserva legal, é correto afirmar que:

- a) possuem a mesma abrangência
- b) podem ser empregados nas mesmas situações jurídicas;
- c) possuem finalidades diversas, sendo que o primeiro tem abrangência mais ampla;
- d) são utilizados com a mesma finalidade.
- e) nenhuma das anteriores.

67. Quanto à aplicabilidade das normas constitucionais é correto afirmar:

- a) as de eficácia contida têm aplicação imediata, mas se submetem à atuação restritiva nos termos em que a lei infraconstitucional estabelecer;
- b) com a sistemática prevista pela Constituição Federal de 1988 não existe mais a distinção entre normas constitucionais de eficácia contida e limitada;
- c) as de eficácia contida têm aplicabilidade apenas indireta e mediata, pois dependem de norma ulterior;
- d) as normas de eficácia contida têm aplicabilidade integral;
- e) nenhuma das anteriores.

68. Em relação ao controle da constitucionalidade é correto afirmar:

- a) a sistemática fixada pela Constituição Federal de 1988 estabelece o controle preventivo e também o controle repressivo da inconstitucionalidade;
- b) nosso ordenamento constitucional prevê apenas o controle concentrado da constitucionalidade;
- c) cabe exclusivamente ao Poder Judiciário o controle preventivo da constitucionalidade;
- d) o controle repressivo da constitucionalidade cabe exclusivamente ao Poder Judiciário;
- e) nenhuma das anteriores.

69. O Ministério Público ajuíza ação civil pública para anular licitação baseada em Lei Municipal que alega ser inconstitucional por afrontar o artigo 37 da Constituição Federal. Assinale a alternativa correta:

- a) não cabe questionamento incidental de inconstitucionalidade em sede de ação civil pública;
- b) o questionamento incidental de inconstitucionalidade numa ação civil pública só é cabível em relação à lei federal;
- c) a declaração incidental de inconstitucionalidade de uma lei nos autos de uma ação civil pública gera efeito *erga omnes*;
- d) é cabível o questionamento incidental de inconstitucionalidade nos autos de uma ação civil pública, mas seus efeitos ficam restritos apenas às partes e somente naquele caso concreto;
- e) nenhuma das anteriores.

70. Quanto ao *habeas corpus*, é incorreto afirmar que:

- a) é o meio idôneo para garantir os direitos do acusado relacionados com sua liberdade de locomoção;
- b) poderá ser utilizado para impedir que alguém, sendo inocente, sofra ou se ache ameaçado de sofrer qualquer tipo de pena pecuniária;
- c) constitui garantia individual ao direito de locomoção, quando ameaçado por ilegalidade ou abuso de poder;
- d) é uma ação constitucional, de procedimento especial;
- e) a legitimidade para o ajuizamento do *habeas corpus* não exige a capacidade para estar em juízo.

71. Em relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta:

- a) poderá ser repressivo de uma ilegalidade já cometida, ou preventivo, quando o impetrante demonstrar justo receio de sofrer uma violação ao seu direito líquido e certo por parte de autoridade;
- b) tendo em vista a urgência na reparação da ameaça ou lesão, é cabível mesmo quando houver recurso administrativo com efeito suspensivo;

c) a fim de evitar o *periculum in mora* é cabível em relação à decisão ou ao despacho judicial para o qual haja recurso processual eficaz;

d) tendo em vista o escopo de assegurar garantias constitucionais, o direito líquido e certo poderá ser comprovado mediante ampla dilação probatória, no decorrer do seu trâmite processual;

e) como tem o escopo de garantir direito líquido e certo, o mandado de segurança coletivo só poderá ser impetrado por pessoa física.

72. Quanto à ação popular, é incorreto afirmar que:

a) por se tratar de garantia constitucional, qualquer pessoa que se encontre no território nacional tem legitimidade para sua propositura;

b) tem por objeto o combate ao ato ilegal e lesivo ao patrimônio público;

c) em razão de seu amplo espectro de atuação jurídico-processual, tem o escopo de preservar a moralidade administrativa;

d) o autor tem legitimidade para ajuizá-la mesmo quando o fato ocorrer em local diverso de seu domicílio eleitoral;

e) a decisão tem natureza desconstitutiva e condenatória.

DIREITO CIVIL

73. Verifique a alternativa incorreta:

a) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil aqueles que se encontram transitoriamente impossibilitados de exprimir sua vontade;

b) são relativamente incapazes os toxicômanos;

c) a emancipação daquele que conte 16 anos completos implica cessação de sua incapacidade relativa;

d) entre 15 e 18 anos, a obtenção de relação de emprego que permita ao menor viver de suas próprias finanças, implica cessação da menoridade;

e) os pródigos são relativamente incapazes de exercer certos atos da vida civil.

74. A respeito dos bens, é incorreto afirmar que:

a) são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e consideram-se dominicais, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público à que se tenha dado estrutura de direito privado;

b) não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor;

c) benfeitorias úteis são as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore;

d) são pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro;

e) as energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis para os efeitos legais.

75. Assinale a alternativa correta:

a) os cônjuges podem destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, de maneira que a dissolução da sociedade conjugal extingue tal destinação;

b) é por meio da união de pessoas que se organizam para fins não econômicos que se constituem as associações; dissolvida a associação, o remanescente de seu patrimônio deve ser destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto ou, em caso de omissão deste, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes, por deliberação dos associados;

c) para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura particular ou pública, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência;

d) a apresentação de título de crédito em juízo de inventário não interrompe a prescrição;

e) de acordo com o Código Civil, prescreve em três anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

76. Quanto aos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa incorreta:

a) o falso motivo vicia a declaração de vontade mesmo quando se referir a fato sem relevância, pois viola o princípio da boa-fé, que deve nortear a conduta dos contratantes;

b) para que possa viciar a declaração de vontade, a coação há de ser tal que incute ao paciente, fundado temor de dano iminente e considerável a sua pessoa, sua família ou seus bens;

c) configura-se estado de perigo quando alguém, premido pela necessidade de salvar a si próprio ou a família de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa;

d) ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, obriga-se à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta;

e) a transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.

77. Com relação aos direitos de personalidade, assinale a alternativa correta:

a) os direitos de personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, o que impede o seu titular de realizar a exploração econômica de quaisquer deles;

b) a pessoa sempre pode praticar atos de disposição do seu próprio corpo, mesmo quando importar diminuição permanente de sua integridade física;

c) a disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte, com objetivo científico, não é válida;

d) a recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame;

e) o pseudônimo adotado para atividades lícitas é protegido pela lei em patamar inferior ao do nome.

78. Em relação aos contratos é incorreto afirmar que:

a) se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em decorrência de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, o devedor poderá pedir a sua resolução;

b) no caso da prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, os efeitos da sentença que decretar a resolução contratual retroagirão à data em que ocorreu o acontecimento extraordinário e imprevisível;

c) no caso da prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, a resolução poderá ser evitada caso o réu se proponha a modificar equitativamente as condições do contrato;

d) se as obrigações couberem a apenas uma das partes, ela poderá pleitear que sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, fim de evitar a onerosidade excessiva;

e) nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes pode, antes de cumprida sua obrigação, exigir o implemento da do outro.

DIREITO - DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

79. Aponte a alternativa incorreta:

a) casa-lar é a unidade residencial que abrigue até dez menores;

b) aldeia assistencial é um agrupamento de casas-lares, mas estas últimas podem funcionar isoladas;

c) podem empregar mães sociais instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado;

d) a atividade da mãe social requer dedicação exclusiva;

e) a Lei 7.644/87 confere à mãe social o direito às horas extras trabalhadas.

80. É correto asseverar que:

a) a lei 8.069, de 13.07.1990, considera adolescente a pessoa que tem entre 14 e 18 anos de idade, proibindo qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz;

b) as normas legais sobre férias conferem isonomia aos menores e aos maiores de 18 anos;

- c) o Conselho Tutelar é órgão autônomo composto de cinco membros de reconhecida idoneidade moral e suas decisões somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse;
- d) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é responsável pela escolha dos membros do Conselho Tutelar conforme processo estabelecido em lei estadual;
- e) a lei assegura ao adolescente aprendiz o direito ao salário mínimo hora e à jornada de até 4 horas.

BLOCO III

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

81. Com relação à repercussão geral, é correto afirmar que:

- a) é recorrível a decisão do Supremo Tribunal Federal que não reconhece sua existência e o fazendo, não aprecia o recurso extraordinário;
- b) seu reconhecimento se dá pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações que versem exclusivamente sobre questões economicamente relevantes e que, como tal, têm repercussão social ou política;
- c) seu reconhecimento acarreta que as decisões ultrapassem os interesses jurídicos das partes e, julgado o mérito do recurso no qual ela é reconhecida, os demais recursos com matéria idêntica, que se encontravam sobrestados, terão, todos, decisão consentânea com aquela adotada pelo Supremo Tribunal Federal. Ao contrário, negada sua existência, a decisão valerá para todos os recursos que discutam matéria idêntica, que serão, em decorrência, liminarmente indeferidos;
- d) não compete ao relator do recurso, na análise da repercussão geral, monocraticamente admitir a manifestação de terceiros;
- e) só o Supremo Tribunal Federal pode, verificando que há inúmeros processos que discutem idêntica matéria, sobrestar outros, até o pronunciamento definitivo da Corte.

82. Em relação ao cumprimento da sentença e à impugnação, assinale a alternativa incorreta:

- a) como regra geral, o oferecimento da impugnação não terá efeito suspensivo sobre a execução;
- b) a decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação;
- c) a impugnação será oferecida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do mandado de penhora e avaliação;
- d) a impugnação poderá versar sobre a ilegitimidade das partes;
- e) poderá ser arguida a inexigibilidade do título fundado em interpretação de ato normativo tida pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal.

83. Com relação ao procedimento da uniformização de jurisprudência, é incorreto afirmar que:

- a) compete a qualquer Desembargador, ao proferir seu voto na Câmara, solicitar o prévio pronunciamento do Tribunal a que está vinculado, sobre tema acerca do qual há divergência jurisprudencial;
- b) a parte, ao arrazoar o recurso, ou em petição avulsa, poderá solicitar o processamento do incidente;
- c) o Presidente do Tribunal designará sessão de julgamento do incidente;
- d) reconhecida a divergência, o Tribunal indica qual a interpretação a ser observada à matéria;
- e) como o pleno do Tribunal analisa o incidente, é desnecessária a atuação do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei.

84. Quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes, há:

- a) assistência;
- b) conexão;
- c) nomeação à autoria;
- d) continência;
- e) litisconsórcio necessário.

85. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o juiz pronunciará, de ofício, a prescrição;
- b) a interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação, havendo citação válida;
- c) a citação ordenada por juiz incompetente não produz o efeito de constituir o devedor em mora;
- d) salvo para evitar o perecimento de direito, não se fará citação aos doentes, enquanto grave o seu estado;
- e) o militar, em serviço ativo, pode ser citado na unidade em que estiver servindo, nos termos da lei.

86. Observe as afirmativas abaixo a respeito do tema "provas no processo civil":

I- A fotografia juntada aos autos terá de ser acompanhada do respectivo negativo; a ausência do negativo, porém, não retira o valor probante do documento caso este não tenha sido impugnado.

II- O documento público feito sem a observância das formalidades legais tem a mesma eficácia probante do documento particular, desde que subscrito pelas partes.

III- A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz.

IV- Não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de veracidade.

Agora responda:

- a) somente as afirmativas contidas nas alíneas "I" e "IV" são corretas;
- b) somente as afirmativas contidas nas alíneas "II" e "IV" são corretas;
- c) somente as afirmativas contidas nas alíneas "III" e "IV" são corretas;
- d) somente as afirmativas contidas nas alíneas "I" e "II" e "III" são corretas;
- e) todas as afirmativas são corretas.

87. Em relação ao processo de execução de título extrajudicial, assinale a alternativa correta:

a) assinado o auto de arrematação, a carta respectiva somente será expedida após o decurso do prazo de cinco dias para embargos à arrematação;

b) não havendo interesse na adjudicação, o credor poderá requerer a alienação particular do bem e apresentar proposta de compra por terceiro interessado, sem a intermediação de corretor, ficando a critério do juiz fixar o prazo para alienação, o preço mínimo e condições de pagamento, a forma de publicidade e as garantias que serão exigidas;

c) incumbe ao arrematante efetuar o pagamento imediato do valor da arrematação, ou no prazo de até quinze dias, mediante caução, sendo vedada qualquer hipótese de parcelamento;

d) se o exequente possuir interesse na aquisição dos bens penhorados, deverá adjudicá-los, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, sendo-lhe vedado disputar o bem em hasta pública em igualdade de condições com terceiros;

e) para que a execução se processe pelo modo menos gravoso ao devedor, a hasta pública deverá ser realizada antes da alienação por iniciativa particular.

88. Em ação de rito sumário, o réu, ao apresentar sua resposta em audiência, alega a exceção de incompetência em razão do lugar, a existência de coisa julgada e formula pedido em seu favor, fundado nos mesmos fatos referidos na inicial. Assinale a alternativa correta:

a) o réu apresentou defesa processual peremptória, defesa processual dilatória e pedido contraposto;

b) o réu apresentou defesa processual dilatória, defesa processual peremptória e pedido contraposto;

c) o réu apresentou defesa processual dilatória, defesa processual peremptória e reconvenção;

d) o réu apresentou defesa processual peremptória, defesa processual dilatória e reconvenção;

e) todas as alternativas estão incorretas.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

89. Empregado brasileiro de empresa do setor de tecnologia da informação, com contrato em curso no Brasil, é transferido para a matriz situada no exterior, em agosto de 2009, para prestar serviços de natureza não transitória. Assinale a alternativa correta:

- a) os preceitos da Lei 7.064/82 não se aplicam ao caso em tela, uma vez que a referida legislação regula apenas a situação de trabalhadores transferidos por empresas prestadoras de serviços de engenharia, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres;
- b) aplica-se a este trabalhador, no interregno laborado no exterior, o princípio da *lex loci executionis* para reger os seus direitos laborais, ainda que a legislação estrangeira, em algumas matérias, seja menos benéfica do que a lei brasileira;
- c) aplica-se a este trabalhador, no interregno laborado no exterior, a legislação do local da contratação (*lex loci contractus*);
- d) aplica-se a este trabalhador, no interregno laborado no exterior, a legislação eleita pelas partes, uma vez que se trata de trabalho especializado, no qual prevalece o princípio da autonomia da vontade;
- e) aplica-se a este trabalhador, no interregno laborado no exterior, a legislação brasileira de proteção ao trabalho, compatibilizada com a Lei 7.064/82, quando mais favorável que a legislação territorial, no conjunto de normas em relação a cada matéria.

90. A respeito da Convenção 138 da OIT, que trata da idade mínima para o trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) a idade mínima para o trabalho fixada pela convenção, como regra geral, não poderá ser inferior a dezesseis anos;
- b) as leis nacionais não poderão permitir o emprego de jovens entre treze e quinze anos, mesmo em serviços leves e que não prejudiquem a saúde e a respectiva frequência escolar;
- c) não será inferior a vinte e um anos a idade mínima para o ingresso em qualquer tipo de trabalho que possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem;

- d) a convenção cria a possibilidade de a autoridade competente autorizar, após consulta às organizações de empregadores e trabalhadores interessadas, mediante licenças em casos individuais, o trabalho de jovem que não tenha atingido a idade mínima, para fins tais como a participação em representações artísticas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

91. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, não incide sobre:

- a) gorjetas;
- b) ganhos eventuais pagos sob a forma de utilidades;
- c) o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços;
- d) o valor bruto da nota fiscal ou fatura, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho;
- e) nenhuma das anteriores.

92. Aponte a alternativa incorreta:

- a) a contribuição à seguridade social devida pelo empregador rural pessoa física é calculada sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção, sendo devida contribuição para as prestações do acidente do trabalho, que têm igual base de cálculo;
- b) os bancos pagam alíquota diferenciada de contribuição à seguridade social, sendo esta superior àquela devida, no geral, para os demais empregadores;
- c) com base nas estatísticas de acidentes do trabalho, é possível alterar o enquadramento de empresas para efeito da contribuição destinada ao SAT;
- d) a contribuição empresarial da associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional corresponde a cinco por cento da receita bruta e só não é calculada sobre o valor recebido pelo clube em decorrência da transmissão dos jogos por empresas de televisão;

e) não se considera como remuneração direta ou indireta, para os efeitos da Lei 8.212/91, os valores pagos pelas instituições de ensino vocacional aos membros da congregação em face do seu mister religioso ou para sua subsistência, desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.

93. O aposentado que retorna ao trabalho, como empregado e se vincula novamente à previdência social, tem direito ao seguinte benefício previdenciário:

- a) aposentadoria por invalidez decorrente de acidente do trabalho ocorrido em face do novo vínculo empregatício;
- b) aposentadoria por tempo de contribuição na nova atividade;
- c) auxílio-doença;
- d) auxílio-acidente;
- e) reabilitação profissional.

94. De acordo com a legislação é correto afirmar que:

- a) o empregado doméstico tem direito ao auxílio-doença, recebendo do empregador a remuneração dos primeiros quinze dias de afastamento, ficando a cargo da Previdência Social o pagamento devido a partir do 16º dia;
- b) durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar o salário ao segurado empregado;
- c) para efeito de aposentadoria por tempo de serviço de empregado urbano, admitir-se-á a averbação de período trabalhado durante o qual o exercício da atividade não determinava filiação obrigatória ao anterior Regime de Previdência Social Urbana, independentemente do recolhimento das contribuições correspondentes, conforme dispuser o Regulamento;
- d) o salário-maternidade é pago à empregada doméstica gestante diretamente pelo empregador, efetivando-se a compensação;
- e) o auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão que estiver em gozo de auxílio-doença.

95. Analise as afirmações contidas nos itens "I", "II" e "III" e assinale a alternativa correta:

I- A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à educação.

II- A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

III- O Supremo Tribunal Federal considera inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei 8.212, de 24/7/1991.

- a) somente as afirmações contidas nas alíneas "I" e "II" são corretas;
- b) somente as afirmações contidas nas alíneas "I" e "III" são corretas;
- c) as afirmações contidas nas alíneas "I", "II" e "III" são corretas;
- d) somente as afirmações contidas nas alíneas "II" e "III" são corretas;
- e) todas as afirmações são incorretas.

96. Observe as afirmativas abaixo:

I- Incidem contribuições previdenciárias sobre o pagamento das férias normalmente usufruídas na vigência do contrato de emprego.

II- Não incidem contribuições previdenciárias sobre o 13º salário.

III- Incidem contribuições previdenciárias sobre a remuneração do tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno em condução fornecida pelo empregador, sendo de difícil acesso ou não servido por transporte público o local onde se exerce a atividade laboral.

IV- Incidem contribuições previdenciárias sobre o salário-maternidade.

Agora responda:

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) apenas uma das assertivas é correta;
- c) duas das quatro assertivas são corretas;
- d) três das quatro assertivas são corretas;
- e) todas as assertivas são incorretas.

97. É entendimento pacificado nos Tribunais Superiores e/ou no Supremo Tribunal Federal que:

- a) a contribuição previdenciária não incide sobre o abono incorporado ao salário;
- b) é inconstitucional o art. 118 da Lei 8.213/91;
- c) para efeito da aposentadoria, especial de professores, computa-se também o tempo de serviço prestado fora da sala de aula;
- d) é devida a pensão por morte aos dependentes do segurado que, apesar de ter perdido essa qualidade, preencheu os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria até a data de seu óbito;
- e) nenhuma das anteriores.

DIREITO EMPRESARIAL

98. Segundo a Lei n.º 11.101/2005, a condenação por crime falimentar:

- a) impede o exercício de qualquer atividade empresarial pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar do decreto da falência;
- b) impede o falido de exercer cargo ou função em conselho de administração;
- c) não impede exercício do cargo de gerência, mas apenas o de diretoria;
- d) não impossibilita o falido de gerir empresa por mandato;
- e) nenhuma das anteriores.

99. A respeito da disciplina outorgada pelo Código Civil ao empresário e à sociedade empresária, assinale a alternativa incorreta:

- a) o empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real;
- b) os sócios, nas relações com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade em comum;
- c) na sociedade em comum todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e, em caso de execução, usufruem do benefício de ordem, cujos bens particulares somente serão executados após os da sociedade;
- d) no caso de morte do sócio, não será liquidada a sua quota se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade;

- e) o sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

100. A respeito da alienação fiduciária, assinale a alternativa correta:

- a) constitui-se a propriedade fiduciária com o registro, no órgão próprio, do contrato celebrado por instrumento público ou particular, por meio do qual o devedor transfere ao credor a propriedade resolúvel de bem móvel infungível, mantendo a posse direta, circunstância essa que perdura até o pagamento do preço;
- b) é o negócio jurídico pelo qual o fiduciante, para garantir o pagamento da dívida, transmite ao fiduciário a propriedade de um bem móvel infungível, retendo, todavia, a posse indireta, sob a condição resolutiva de saldar a dívida;
- c) o fiduciante mantém a propriedade da coisa móvel infungível e transfere ao fiduciário a posse indireta do bem, até que seja pago o preço avençado;
- d) vencida a dívida, e não paga, o credor poderá vender o bem a terceiros, judicial ou extrajudicialmente, devendo aplicar o valor obtido na alienação integralmente no pagamento do seu crédito;
- e) é válida a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

XXIV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA OBJETIVA SELETIVA

GABARITO

A Comissão Examinadora da Prova Objetiva Seletiva torna público o gabarito da referida prova, realizada nos dias 27 e 28 de março do corrente ano:

1º DIA- 27/03/2010

BLOCO I

01 - C	14 - B	27 - C	40 - D
02 - B	15 - A	28 - D	41 - C
03 - D	16 - C	29 - A	42 - B
04 - C	17 - C	30 - A	43 - E
05 - D	18 - C	31 - A	44 - D
06 - B	19 - B	32 - C	45 - A
07 - E	20 - C	33 - E	46 - D
08 - C	21 - E	34 - D	47 - B
09 - E	22 - C	35 - B	48 - E
10 - E	23 - E	36 - C	49 - B
11 - C	24 - E	37 - D	50 - E
12 - C	25 - E	38 - C	
13 - D	26 - B	39 - A	

2º DIA- 28/03/2010

BLOCOS II E III

51 - A	64 - C	77 - D	90 - D
52 - B	65 - A	78 - B	91 - B
53 - C	66 - C	79 - E	92 - D
54 - A	67 - A	80 - C	93 - E
55 - C	68 - A	81 - C	94 - B
56 - B	69 - D	82 - C	95 - D
57 - C	70 - B	83 - E	96 - D
58 - B	71 - A	84 - E	97 - D
59 - B	72 - A	85 - C	98 - B
60 - C	73 - D	86 - E	99 - C
61 - B	74 - C	87 - B	100 - A
62 - D	75 - B	88 - B	
63 - D	76 - A	89 - E	

Campinas, 28 de março de 2010:

(a) Teréza Aparecida Asta Gemignani
Desembargadora Presidente da Comissão Examinadora